

SESAMM SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI
MIRIM S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

SESAMM SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI MIRIM S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A.
Mogi Mirim - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 20 de março de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized loop followed by a horizontal line.

Marcos Vinicius Galina Colombari
Contador CRC 1 SP 262247/O-8

SESAMM SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI MIRIM S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>CIRCULANTE</u>				<u>CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.088	5.546	Empréstimos e financiamentos	10	4.279	3.997
Contas a receber	7	3.333	3.228	Fornecedores		500	542
Ativo financeiro	8	20.851	20.447	Obrigações sociais		435	410
Outros créditos		259	118	Obrigações fiscais		699	601
Total do ativo circulante		<u>37.531</u>	<u>29.339</u>	Tributos diferidos	12	209	204
				Partes relacionadas	11	47	46
				Dividendos a pagar	11	4.677	4.969
				Outras obrigações		67	-
				Total do passivo circulante		<u>10.913</u>	<u>10.769</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
<u>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</u>				<u>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</u>			
Fundo restrito	6	2.384	2.616	Empréstimos e financiamentos	10	42.879	46.679
Ativo financeiro	8	103.481	102.163	Tributos diferidos	12	2.365	2.554
Ativo de contrato	9	2.101	1.735	Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.2	14.216	14.804
		<u>107.966</u>	<u>106.514</u>	Provisão para ações judiciais	13	13	13
				Total do passivo não circulante		<u>59.473</u>	<u>64.050</u>
Imobilizado		180	223				
Intangível		16	18	Total do passivo		<u>70.386</u>	<u>74.819</u>
		<u>196</u>	<u>241</u>				
Total do ativo não circulante		<u>108.162</u>	<u>106.755</u>	<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	14		
				Capital social		19.532	19.532
				Reserva legal		3.907	3.907
				Reserva de lucros		51.868	37.836
				Total do patrimônio líquido		<u>75.307</u>	<u>61.275</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>145.693</u>	<u>136.094</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>145.693</u>	<u>136.094</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SESAMM SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI MIRIM S.A.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA LÍQUIDA	15	34.205	33.709
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	16	(5.430)	(5.508)
LUCRO BRUTO		<u>28.775</u>	<u>28.201</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	16	(2.867)	(288)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas		-	(96)
		<u>(2.867)</u>	<u>(384)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>25.908</u>	<u>27.817</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	17	1.092	1.229
Despesas financeiras	17	(4.925)	(5.405)
		<u>(3.833)</u>	<u>(4.176)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS		<u>22.075</u>	<u>23.641</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	18.1	(3.954)	(3.797)
Diferidos	18.2	588	545
		<u>(3.366)</u>	<u>(3.252)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>18.709</u>	<u>20.389</u>
Lucro por ação - básico e diluído - R\$	19	<u>0,958</u>	<u>1,044</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SESAMM SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI MIRIM S.A.

Demonstrações do resultado do abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	18.709	20.389
Total do resultado abrangente do exercício	<u>18.709</u>	<u>20.389</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SESAMM SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI MIRIM S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2023		19.532	3.394	36.445	-	59.371
Lucro líquido do exercício		-	-	-	20.389	20.389
Complemento de reserva legal	14.2	-	513	-	(513)	-
Dividendos intermediários	14.4	-	-	(13.516)	-	(13.516)
Dividendos mínimos obrigatórios	14.4	-	-	-	(4.969)	(4.969)
Transferência para reserva de lucros	14.3	-	-	14.907	(14.907)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>19.532</u>	<u>3.907</u>	<u>37.836</u>	<u>-</u>	<u>61.275</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	18.709	18.709
Dividendos mínimos obrigatórios	14.4	-	-	-	(4.677)	(4.677)
Transferência para reserva de lucros	14.3	-	-	14.032	(14.032)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>19.532</u>	<u>3.907</u>	<u>51.868</u>	<u>-</u>	<u>75.307</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SESAMM SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI MIRIM S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		18.709	20.389
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	18.2	(588)	(545)
Depreciação de imobilizado		56	63
Amortização de intangível		2	2
Juros sobre empréstimos e financiamentos	10	4.661	5.381
Baixas do ativo financeiro	8	7	37
Remuneração do ativo financeiro	8	(22.809)	(22.617)
Redução ao valor recuperável do ativo financeiro	8	(14)	(2.857)
Baixas do ativo imobilizado		1	-
Amortização dos custos para emissão de empréstimos e financiamentos	10	16	16
Provisão para perda de crédito esperada	7	-	53
Provisão para ações judiciais	13	-	13
Variação nos ativos operacionais:			
Contas a receber	7	(105)	(849)
Ativo financeiro	8	21.227	19.959
Outros créditos		(141)	223
Variação nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(42)	(185)
Obrigações sociais		25	12
Obrigações fiscais		98	(367)
Tributos diferidos	12	(184)	(164)
Partes relacionadas	11	1	(99)
Outras obrigações		67	(1)
Caixa gerado nas atividades operacionais		<u>20.987</u>	<u>18.464</u>
Juros pagos sobre os empréstimos e financiamentos	10	(4.272)	(4.537)
Caixa oriundo das atividades operacionais		<u>16.715</u>	<u>13.927</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Fundo restrito	6	232	(424)
Aquisições do ativo financeiro	8	(133)	(128)
Aquisições do ativo de contrato	9	(366)	(604)
Aquisições do ativo imobilizado		(14)	(230)
Aquisições do ativo intangível		-	(13)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		<u>(281)</u>	<u>(1.399)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de novos empréstimos e financiamentos	10	-	1.008
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	10	(3.923)	(4.085)
Pagamento de dividendos		(4.969)	(17.037)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		<u>(8.892)</u>	<u>(20.114)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>7.542</u>	<u>(7.586)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	5.546	13.132
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	13.088	5.546
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>7.542</u>	<u>(7.586)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A. (“Companhia”) foi constituída em 15 de agosto de 2008, tendo por objeto social específico e exclusivo cumprir o contrato de concessão, celebrado com o Município de Mogi Mirim, estado de São Paulo, decorrente do Edital de Concorrência Pública nº 003/2008 relativo à prestação dos serviços de complementação da implantação do sistema de afastamento de esgoto e implantação e operação do sistema de tratamento de esgoto do município, incluindo a disposição dos resíduos sólidos gerados, bem como a realização das atividades correlatas e exploração de fontes de receitas autorizadas no contrato de concessão, tais como a comercialização dos resíduos do tratamento de esgoto, a prestação de serviços de tratamento de efluentes às indústrias instaladas no município e a reutilização do efluente final.

Os serviços de tratamento de esgoto prestados pela Companhia são remunerados pela Prefeitura Municipal de Mogi Mirim (“Poder Concedente”), por intermédio do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE, por meio da soma das seguintes parcelas:

- a) Remuneração dos investimentos mediante aplicação da tarifa do componente de investimento proposta pela contratada, expressa em R\$/m³ de esgoto, aplicada ao volume de tratamento de esgoto ofertado em cada etapa da ETE, conforme previsto no edital, de modo que a tarifa mensal relacionada à remuneração do investimento seja cobrada independentemente do volume de esgoto tratado;
- b) Remuneração da operação e manutenção mediante aplicação da tarifa do componente operacional proposta pela contratada, expressa em R\$/m³ de esgoto, aplicada ao volume mensal de esgoto tratado medido na saída da ETE.

As receitas auferidas pelas atividades correlatas, quando existirem, e pela exploração de outras fontes de receita autorizadas serão computadas para redução da tarifa referente ao tratamento de esgoto na proporção de 30% sobre o lucro líquido advindo dessas atividades. Uma vez que o modelo do contrato de concessão é da forma não onerosa, a Companhia não pagará ao Poder Concedente nenhum ônus fixo e/ou variável pela exploração dos serviços mencionados.

O contrato estabeleceu o prazo de concessão em 30 anos, com possibilidade de prorrogação e, extinta a concessão, os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à concessão retornam ao Poder Concedente.

Em maio de 2023, a Companhia e o Poder Concedente, por intermédio do SAAE, assinaram o 9º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que celebra: i) acréscimo de R\$ 1.000 ao instrumento contratual à título de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia a ser pago pelo Poder Concedente em 15 parcelas consecutivas, sendo o primeiro vencimento em julho de 2023; e ii) o prazo da concessão foi alterado para 32 anos e 4 meses.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis são elaboradas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada exercício. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

A Administração da Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram autorizadas pela Administração para emissão em 20 de fevereiro de 2025.

2.2. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no curso normal do ciclo operacional da Companhia;
- Está mantido, essencialmente, com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

Com exceção dos critérios acima, todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional da Companhia;
- Está mantido, essencialmente, com a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; e
- A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais, não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.3. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo e, ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, sendo que o mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1: os preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia são considerados de nível 2.

2.4. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

2.4.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados subsequentes ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou, para as quais, a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo do negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber do ativo financeiro, ativo de contrato e outros créditos.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida do valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida).

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros da Companhia ao valor justo por meio do resultado incluem o fundo restrito.

c) Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo;
- Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia;
- O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade possa ser obrigada a restituir (valor da garantia).

d) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxima da taxa de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses. Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para as contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 180 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas e externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia.

2.4.2. Passivos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem empréstimos e financiamentos, contas a pagar de fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas, dividendos a pagar e outras obrigações.

b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros, forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

c) Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias, depósitos bancários e investimentos de curto prazo, com alta liquidez e vencimentos de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

2.6. Fundo restrito

Os fundos restritos são aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo por meio do resultado. Correspondem, substancialmente, a aplicações financeiras de renda fixa, CDBs (Certificados de Depósito Bancários) e estão vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, para cumprimento das obrigações contratuais de ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida).

2.7. Contas a receber

As contas a receber são registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações contábeis. Correspondem a valores a receber dos órgãos competentes relacionados aos serviços prestados de tratamento de esgoto.

A provisão para perda de crédito esperada é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas esperadas. Ao mensurar a provisão para perda de crédito esperada, a Administração da Companhia usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros. A probabilidade de inadimplência é um dado considerado importante para a mensuração da provisão para perda de crédito esperada.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

O critério para constituição da provisão para perda de crédito esperada corresponde aos títulos a receber que possuem vencimento superior a 180 dias. Para clientes com valores parcelados, são constituídos na provisão para perda de crédito esperada os títulos parcelados que possuem vencimento a mais de 90 dias.

2.8. Ativo financeiro e ativo de contrato

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão, mediante indenização dos investimentos não amortizados à concessionária, caso aplicável. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo.

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela ICPC 01 (R1), a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão e a determinação e classificação da remuneração da prestação de serviços de melhoria ou construção como ativo intangível ou financeiro.

As concessões parciais de esgoto reconheceram um ativo financeiro resultante do contrato de concessão de serviços de tratamento de esgoto. O recebível oriundo da remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo e está representado pelo direito de recebimento proporcional ao percentual executado das obras contratadas.

Na Companhia, o ativo financeiro foi registrado pelo valor justo em contrapartida à receita de construção com base nas características do contrato de concessão. Após início das operações, o ativo financeiro passa a ser remunerado pela taxa de retorno do investimento prevista no modelo econômico preparado pela Administração com base nos termos do contrato de concessão.

A Companhia reconhece o ativo de contrato enquanto esse ativo não é finalizado para uso. Com a sua finalização, esse ativo é reconhecido como ativo financeiro por meio de transferência entre contas, pois é nesse momento que esse ativo está pronto para iniciar a sua amortização pela sua utilização.

Os contratos de concessão classificados como ativo financeiro não são amortizados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

A Companhia realiza teste de redução ao valor recuperável (impairment) para ativos financeiros levando em consideração as exposições de crédito para os quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, levando em consideração as características de risco de crédito da operação, o segmento de atuação da Companhia, sua taxa histórica de inadimplência, estimativas futuras de perdas, indicadores de crescimento aplicáveis à área de atuação e o prazo remanescente do contrato de concessão. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou o teste de impairment, vide Nota Explicativa nº 8.

2.9. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado. O custo abrange: o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos em financiamentos durante a fase de construção e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis, etc) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados anualmente e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

Os anos de vida útil estimados para cada grupo de ativo imobilizado são os seguintes:

Classe de ativos imobilizado	Vida útil
Máquinas, aparelhos e equipamentos	2 a 13 anos
Móveis e utensílios	5 a 10 anos
Instalações	5 a 10 anos
Equipamentos de informática	5 anos

O método de depreciação aplicado a um ativo deve ser revisado pelo menos ao final de cada exercício e, se houver alteração significativa no padrão previsto, o método de depreciação deve ser alterado para refletir essa mudança. Tal mudança deve ser registrada como mudança na estimativa contábil, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outras receitas e despesas, líquidas", na demonstração do resultado.

Os saldos registrados em obras em andamento correspondem aos custos associados ao projeto e construção da infraestrutura, com base na previsão que gerarão benefícios econômicos futuros para a Companhia.

2.10. Custo dos empréstimos e financiamentos

Os custos dos empréstimos e financiamentos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados aos custos de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou venda pretendida.

2.11. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável. O valor reconhecido como provisão, foi mensurado a valor presente, e é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança.

Para toda ação judicial que tiver causa provável de perda, é feita a provisão contábil.

2.12. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor, acima do valor mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

2.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.14. Tributos

Lucro presumido

A partir de 2022, a Companhia passou a ser optante do lucro presumido e calcula o Imposto de Renda e a Contribuição Social com base no faturamento bruto, aplicando sobre esse a alíquota de presunção de 32% e, ao resultado, soma-se 100% da receita financeira para chegar à base tributável. Para fins de apuração dos tributos sobre o lucro devidos, aplica-se o percentual de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social.

Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes

O imposto corrente se baseia no lucro presumido do exercício. O lucro presumido diferente do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Ativos e passivos de tributos correntes são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago.

Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações contábeis e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real.

Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

O valor contábil de ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais diferidos de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.15. Receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Nas demonstrações contábeis, a receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

As receitas são reconhecidas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando os critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. As estimativas se baseiam em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

Um recebível é reconhecido se um valor de contraprestação que seja incondicional é devido de um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido).

Os direitos a faturar são decorrentes da prestação de serviço da operação do sistema de tratamento de esgoto e remuneração do ativo financeiro, cujo faturamento ocorrerá no mês seguinte com a emissão da fatura.

Os tipos de receitas da Companhia estão descritos abaixo:

Receitas de serviços de operação

A Companhia reconhece a receita de serviços de operação por operar e manter a infraestrutura do contrato de concessão quando satisfaz todas as obrigações de desempenho. As receitas de serviços da operação são provenientes do sistema de tratamento de esgoto.

A Companhia satisfaz sua obrigação de desempenho conforme os serviços são prestados, por ocasião do ciclo completo da operação do sistema sanitário: coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecidas por ocasião da medição do volume tratado. Adicionalmente, a Companhia também satisfaz sua obrigação de desempenho por ocasião da manutenção, serviços auxiliares, disposição final do lodo gerado e demais serviços executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pelo poder concedente da concessão em que opera.

Receitas de construção

As receitas relacionadas aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços são reconhecidas baseadas no estágio de conclusão da obra realizada, consistentes com a prática contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão que está baseada na Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e no Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Quando contratam serviços de construção, a Companhia deve reconhecer a receita de construção, quando realizada, pelo valor justo. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamento e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão ou construção. A Administração da Companhia entende que a concessão de esgoto não prevê margem de lucro na construção, por isso a receita de construção é igual ao custo.

Receitas de ativo financeiro

As receitas do ativo financeiro são decorrentes da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção do ativo financeiro, correspondente aos contratos de arrendamentos mercantis e pelas receitas de concessão.

A atualização das receitas do ativo financeiro é calculada com base na taxa de desconto específica do contrato de concessão, a qual foi determinada considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados. A Companhia iniciou a atualização dos direitos a faturar a partir do início de suas operações.

2.16. Resultado financeiro

As receitas e despesas financeiras são representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos.

2.17. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados em 2024

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 - Acordos de financiamento de fornecedores

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.18. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

3.1. Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, não há julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3.2. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas ao futuro e outras principais fontes de incerteza nas estimativas na data das demonstrações contábeis, que têm um risco significativo de causar um ajuste material nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício social, estão descritas a seguir. A Companhia baseou suas premissas e estimativas em parâmetros disponíveis quando as demonstrações contábeis foram preparadas. No entanto, as circunstâncias existentes e as premissas sobre desenvolvimentos futuros podem mudar devido a alterações de mercado ou circunstâncias que estão além do controle da Companhia. Tais mudanças são refletidas nas premissas quando ocorrem.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior valor entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável da unidade geradora de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 4.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas históricas e esperadas. Ao mensurar a provisão para perdas de crédito esperadas, a Administração da Companhia usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros.

A probabilidade de inadimplência é um dado considerado importante para a mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas. A probabilidade de inadimplência é uma estimativa da probabilidade de inadimplência durante um período específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras. A avaliação da correlação entre a perda histórica observada, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. As informações sobre a provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber está divulgada na Nota 7.

Provisão para perdas para contas a receber de ativo financeiro

A provisão para impairment do ativo financeiro é constituída, se necessário, com base em estimativas que levam em consideração: i) a revisão dos fluxos de caixa futuros dos ativos financeiros sujeitos a deterioração/perda (ativos financeiros contratuais da concessão), ii) construção de uma matriz de risco de perda de crédito esperada vitalícia baseada em taxa histórica de inadimplência, risco de crédito da operação, segmento de atuação (setor) e país (região geográfica), iii) definição de uma curva de spread de crédito adequada para os ativos financeiros (contas a receber da concessão), e iv) análise de inadimplência histórica do contas a receber da concessão. A Companhia considerou a abordagem de modelo geral trifásico onde a perda esperada foi calculada com base na fase em que o ativo financeiro se encontra.

Tributos diferidos

O tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. A Companhia mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos (passivo fiscal diferido) sobre a diferença temporária do ajuste a valor presente e atualização financeira do ativo financeiro.

O passivo fiscal diferido é mensurado pela alíquota que se espera que seja aplicável no período quando for liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado. A Companhia espera amortizar o valor contábil do passivo fiscal diferido até o encerramento do contrato de concessão.

Contabilização dos contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem uso de estimas pela Administração, substancialmente no que diz respeito a: aplicação da interpretação de contratos de concessão; determinação e classificação da remuneração da prestação de serviço de melhoria ou construção como ativo intangível ou ativo financeiro.

Reconhecimento da receita e custos de construção

Quando contratam serviços de construção, a Companhia deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo, com base no estágio de conclusão das obras realizadas. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamentos e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão ou construção.

O custo da obra é registrado com base nos valores efetivamente contratados de terceiros para a construção e é igual ao da receita, pois a Administração da Companhia entende que o contrato firmado com o poder concedente não prevê margem de lucro na construção.

Reconhecimento da receita não faturada

A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada serviço, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

Provisões para ações judiciais

A Companhia reconhece a provisão para ações judiciais relacionada à causas cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Gestão de riscos

4.1. Objetivos e políticas para a gestão de riscos financeiros

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, fundo restrito, contas a receber de clientes, contas a receber de ativo financeiro, ativo de contrato e outros créditos. Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se à empréstimos e financiamentos, contas a pagar de fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas, dividendos a pagar e outras obrigações.

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. A Administração da Companhia afirma que as atividades da Companhia em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia. A Companhia não possui atividades envolvendo derivativos. A Administração da Companhia estabelece políticas para a gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos a seguir:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxa de juros, risco de câmbio e risco de preço. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem endividamentos, equivalentes de caixa e fundo restrito. Dentro do risco de mercado, o risco aplicável à Companhia é o risco de taxa de juros.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, é requerida a divulgação de demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração. A Administração entende como relevante o risco de taxa de juros e para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração da Companhia adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses (cenário I), as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações contábeis. Para os cenários II e III considerou, conforme instrução da CVM, um acréscimo e uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

Risco de taxa de juros

Riscos de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxa de juros variáveis. A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de endividamentos sujeitos a taxas fixas e taxas variáveis.

Sensibilidade à taxa de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventuais possíveis na taxa de juros sobre os empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras e fundo restrito:

Indicadores	Saldo contábil	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário II (- 25%)	Cenário III (+ 50%)	Cenário III (- 50%)
CDI		25,28% (*)	31,60%	18,96%	37,91%	12,64%
Aplicações financeiras	13.053	16.352	17.177	15.528	18.002	14.703
Fundo restrito	2.384	2.987	3.137	2.836	3.288	2.685
TR + 8,3% a.a.		10,87% (*)	13,59%	8,16%	16,31%	5,44%
Empréstimos e financiamentos	20.433	22.655	23.210	22.099	23.766	21.544
TR + 9% a.a.		11,57% (*)	14,47%	8,68%	17,36%	5,79%
Empréstimos e financiamentos	26.725	29.818	30.591	29.045	31.365	28.272

(*) Fonte dos índices - Banco Central do Brasil - BACEN (CDI e TR acumulados em 31 de dezembro de 2024).

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa e outros instrumentos financeiros.

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócio, estando sujeito a procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Companhia em relação ao gerenciamento de risco de crédito do cliente. Os recebíveis de clientes em aberto são monitorados regularmente. Uma análise de redução ao valor recuperável é efetuada a cada data de reporte usando uma matriz de provisão para avaliar as perdas de crédito esperadas. O cálculo reflete a probabilidade ponderada de perda, o valor do dinheiro no tempo e informações razoáveis e suportáveis que estão disponíveis na data de reporte sobre eventos passados, condições atuais e provisões de condições econômicas futuras.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida pela Companhia. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido de cada uma.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, a Companhia possui premissas de desembolsos e recebidos que são monitorados diariamente pela Tesouraria da Companhia. O objetivo da Companhia é manter um balanço adequado entre a continuidade da disponibilização de recursos e a flexibilidade de sua obtenção por meio de endividamentos.

4.2. Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Ativos financeiros pelo custo amortizado</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	13.088	5.546
Contas a receber de clientes	3.333	3.228
Contas a receber do ativo financeiro	124.332	122.610
Ativo de contrato	2.101	1.735
Outros créditos	259	118
	<u>143.113</u>	<u>133.237</u>
<u>Ativos financeiros por meio do resultado</u>		
Fundo restrito	2.384	2.616
	<u>2.384</u>	<u>2.616</u>
Total do ativo financeiro	<u>145.497</u>	<u>135.853</u>
<u>Passivos financeiros pelo custo amortizado</u>		
Empréstimos e financiamentos	(47.158)	(50.676)
Contas a pagar de fornecedores	(500)	(542)
Contas a pagar de partes relacionadas	(47)	(46)
Dividendos a pagar	(4.677)	(4.969)
Outras obrigações	(67)	-
Total do passivo financeiro	<u>(52.449)</u>	<u>(56.233)</u>
Ativos e passivos financeiros, líquidos	<u>93.048</u>	<u>79.620</u>

4.3. Gestão de capital

O objetivo principal da gestão de capital da Companhia é o de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

A Companhia administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas e requerimentos de covenants financeiros. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações. A Companhia monitora o capital por meio de quocientes de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os índices de alavancagem financeira são os seguintes:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Empréstimos e financiamentos	47.158	50.676
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(13.088)	(5.546)
(-) Fundo restrito	<u>(2.384)</u>	<u>(2.616)</u>
Dívida Líquida	31.686	42.514
Patrimônio líquido	<u>75.307</u>	<u>61.275</u>
Total do capital	<u>106.993</u>	<u>103.789</u>
Índice de alavancagem	<u>30%</u>	<u>41%</u>

5. Caixa e equivalentes de caixa

Representados por:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa	2	2
Bancos	33	141
Aplicações financeiras	<u>13.053</u>	<u>5.403</u>
	<u>13.088</u>	<u>5.546</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e são remuneradas a uma variação média de 100,16% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2024 (99,47% em 31 de dezembro de 2023). A Administração não possui a intenção de manter essas aplicações financeiras para investimentos, essas aplicações possuem a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

6. Fundo restrito

Representado por:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Aplicações financeiras restritas	<u>2.384</u>	<u>2.616</u>
	<u>2.384</u>	<u>2.616</u>
Ativo não circulante	<u>2.384</u>	<u>2.616</u>
	<u>2.384</u>	<u>2.616</u>

O fundo restrito representa aplicações financeiras atreladas ao rendimento do CDI. Esse saldo possui a utilização vinculada a contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia e se faz necessário para cumprimento da cláusula de índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) do respectivo contrato. São remunerados a uma variação média de 97,20% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (95,80% em 31 de dezembro de 2023).

7. Contas a receber

Representadas por:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Contas a receber - faturados	241	571
Contas a receber - a faturar	<u>3.092</u>	<u>2.657</u>
	<u>3.333</u>	<u>3.228</u>

Correspondem aos valores a receber do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mogi Mirim (SAAE), referentes aos serviços de tratamento de esgoto oferecidos pela Companhia. Essas contas a receber são registradas pelo valor nominal e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo.

O prazo médio das contas a receber é de 30 dias. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não existiam saldos de contas a receber dados em garantia. Em caso de inadimplência do consumidor final, o risco é do Poder Concedente.

O critério para constituição da provisão para perda de crédito esperada reflete a provisão de 100% dos títulos a receber vencidos há mais de 180 dias. Adicionalmente, a Companhia também leva em consideração sua análise individualizada sobre a situação financeira de cada cliente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

As contas a receber, por idade de vencimento, estão demonstradas a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
A vencer:		
Até 30 dias	<u>3.333</u>	<u>3.228</u>
	<u>3.333</u>	<u>3.228</u>

8. Ativo financeiro

Representado por:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Custo do investimento	85.312	85.185
Recebimentos	(136.600)	(115.373)
Ajuste pela taxa de retorno (i)	177.281	154.472
Impairment (ii)	<u>(1.661)</u>	<u>(1.674)</u>
Total	<u>124.332</u>	<u>122.610</u>
Ativo circulante	20.851	20.447
Ativo não circulante	<u>103.481</u>	<u>102.163</u>
	<u>124.332</u>	<u>122.610</u>

- (i) Refere-se ao valor cumulativo de atualização a valor presente do ativo à taxa de 18,10% ao ano (18,44% em 31 de dezembro de 2023), a qual foi calculada pela Administração para definição do valor justo do ativo, considerando o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas e o retorno do investimento realizado pela Companhia;
- (ii) O impairment é registrado levando em consideração as características de risco de crédito da operação, o segmento de atuação da Companhia, sua taxa histórica de inadimplência, estimativas futuras de perdas, indicadores de crescimento aplicáveis à área de atuação da Companhia e prazo remanescente do contrato de concessão. A atualização do impairment é feita de forma anual, em 31 de dezembro. O impacto na redução da provisão de impairment corresponde a redução da taxa de perda dada (LGD) de 22,44% em 2022 para 15,05% em 2023 e 2024, fato este atribuído a dois fatores: a) melhora substancial nos indicadores de risco de investimento (a evolução positiva desses indicadores influenciou positivamente no comportamento da dívida externa brasileira, proporcionando uma perspectiva mais otimista no pagamento das obrigações financeiras); e b) ausência de qualquer registro histórico de inadimplência (default) no que diz respeito ao contas a receber proveniente do contrato de concessão.

A taxa de retorno do investimento é apurada no modelo econômico-financeiro elaborado pela Administração com base nas premissas do contrato de concessão. Essa taxa resulta da contraposição entre a parcela fixa da remuneração pelos investimentos nas obras que compõem o contrato de concessão até o fim do contrato de concessão e o gasto efetivo com investimento realizado somado à estimativa de gastos adicionais para cumprimento das obrigações do contrato de concessão.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

A remuneração pelo investimento é atualizada anualmente pelo Índice Nacional da Construção Civil (INCC), conforme previsto em contrato. A remuneração também é composta por outros custos fixos (tarifa do investimento, volume ofertado, tarifa da operação e volume tratado). Em 31 de dezembro de 2024, a parcela fixa anual para remuneração do investimento foi de R\$ 20.851 (R\$ 20.447 em 31 de dezembro de 2023). A parcela fixa é decorrente da receita de concessão que remunera o capital investido e a parcela variável é a receita de operação pelo volume de esgoto tratado.

Os gastos com investimentos são adicionados ao ativo de contrato quando incorridos e em fase de construção. Quando concluídos, são transferidos ao ativo financeiro. Com base nas estimativas elaboradas pela Administração, são estimados gastos adicionais de aproximadamente R\$ 28.442 (R\$ 29.617 em 31 de dezembro de 2023), distribuídos ao longo do período residual do contrato de concessão, para atendimento de 100% do esgoto recebido pelo investimento nas obras conforme previsto nas obrigações contratuais.

A movimentação do ativo financeiro é como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial	122.610	117.004
Adições	133	128
Baixas	(7)	(37)
Recebimentos	(21.227)	(19.959)
Ajuste pela taxa de retorno	22.809	22.617
Impairment	14	2.857
	<u>124.332</u>	<u>122.610</u>

A expectativa de realização da totalidade do ativo financeiro é como segue:

2025	20.851
2026	21.570
2027	22.343
Após 2027	<u>59.568</u>
Total	<u>124.332</u>

9. Ativo de contrato

O ativo de contrato refere-se ao direito contratual da Companhia de receber caixa do poder concedente pelos serviços de construção do sistema de tratamento de esgoto, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.

Quando da conclusão da construção, o ativo de contrato será classificado como ativo financeiro.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2024, o ativo de contrato corresponde aos novos interceptores na cidade de Mogi Mirim/SP.

A movimentação do ativo de contrato é como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo no início do exercício	1.735	1.131
Adições	<u>366</u>	<u>604</u>
Total	<u><u>2.101</u></u>	<u><u>1.735</u></u>

10. Empréstimos e financiamentos

Representados por:

Modalidade e encargos financeiros anuais	Taxa efetiva de juros anual	Vencimento	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa Econômica Federal (a)	TR + 8,3% a.a.	12/07/2032	20.433	22.320
Caixa Econômica Federal (b)	TR + 9% a.a.	09/01/2035	<u>26.725</u>	<u>28.356</u>
			<u>47.158</u>	<u>50.676</u>
Passivo circulante			4.279	3.997
Passivo não circulante			<u>42.879</u>	<u>46.679</u>
			<u><u>47.158</u></u>	<u><u>50.676</u></u>

- a) O financiamento contratado com a Caixa Econômica Federal, em 3 de setembro de 2010, no montante de R\$ 35.063, tem como objetivo permitir à Companhia a realização dos investimentos compromissados quando da obtenção da concessão. Os juros e o principal são pagos mensalmente.

Nesse contrato de financiamento, existem cláusulas restritivas denominadas "covenants", relativas ao nível de endividamento da Companhia e cumprimento de obrigações acessórias, que são aplicáveis desde o encerramento do prazo de carência do contrato. A Companhia assumiu os seguintes compromissos de caráter econômico-financeiro constante no contrato ("covenants"):

- Realizar aporte em dinheiro no capital social, de forma a manter a relação entre o saldo devedor e o PL na proporção de 80/20;
- Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD em no mínimo 1,30, sendo o ICSD definido por: EBITDA (-) imposto de renda (-) contribuição social (-) investimento (+) empréstimos (+) aportes de capital (+/-) variação no capital de giro/ amortização de principal + pagamento de juros e EBITDA definido por: Lucro líquido + Despesa (receita) financeira líquida + Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social + Depreciação e amortização + Outras Despesas (receitas) líquidas não operacionais;
- Endividar-se até 1/12 do seu faturamento bruto anual ou até o valor correspondente a três prestações mensais imediatamente anteriores à data do endividamento;
- Não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital e, participação nos resultados e honorários a qualquer título durante o período de amortização, estando autorizada a distribuição dos referidos recursos desde que seja atendido o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD) mínimo de 1,30.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

- b) O financiamento contratado com a Caixa Econômica Federal, em 04 de abril de 2021, no montante de R\$ 29.306 tem como objetivo permitir à Companhia a ampliação e melhoria do sistema de esgotamento sanitário da cidade de Mogi Mirim, complementando o projeto que foi contratado com a Caixa Econômica Federal em 2010. A primeira liberação de recursos referente a esse contrato ocorreu em 14 de setembro de 2021. Esse contrato tem um prazo de carência de 15 meses a partir da data de contratação. Após o prazo de carência, os juros e o principal serão pagos mensalmente até janeiro de 2035.

Nesse contrato de financiamento existem cláusulas restritivas denominadas "covenants", relativas ao nível de endividamento da Companhia e cumprimento de obrigações acessórias, que são aplicáveis desde o encerramento do prazo de carência do contrato. A Companhia assumiu os seguintes compromissos de caráter econômico-financeiro constante no contrato ("covenants"):

- Manter o capital social subscrito em valor correspondente a, pelo menos, o valor da contrapartida, respeitada a correspondência "debt/equity" 86/14;
- Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida considerando as informações financeiras dos últimos 12 meses (i) maior ou igual a 1,0 até a conclusão das obras e (ii) maior ou igual a 1,30 durante a fase de amortização do financiamento;
- Endividar-se até 1/6 do seu faturamento bruto anual podendo contrair endividamento superior a esse desde que obtenha anuência previa da Caixa;
- Não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital e, participação nos resultados e honorários a qualquer título durante o período de amortização, estando autorizada a distribuição dos referidos recursos desde que seja atendido o mínimo pactuado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia cumpriu com todos os compromissos estabelecidos nos contratos.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial	50.676	52.893
Captação de novos empréstimos e financiamentos	-	1.008
Juros incorridos no exercício	4.661	5.381
Amortização principal	(3.923)	(4.085)
Amortização juros	(4.272)	(4.537)
Apropriação do custo de transação	16	16
	<u>47.158</u>	<u>50.676</u>

As parcelas de longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

2026	4.439
2027	4.713
2028	5.004
2029	5.313
Após 2029	<u>23.410</u>
	<u>42.879</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

11. Partes relacionadas

Representadas por:

	31/12/2024		
	Contas a pagar	Dividendos a pagar	Custos/despesas operacionais
GS Inima Brasil Ltda.	29	2.993	(409)
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP	-	1.684	-
GS Inima Soluções em Saneamento Ltda.	18	-	-
	<u>47</u>	<u>4.677</u>	<u>(409)</u>

	31/12/2023		
	Contas a pagar	Dividendos a pagar	Custos/despesas operacionais
GS Inima Soluções em Saneamento Ltda.	9	-	-
GS Inima Brasil Ltda.	37	3.180	(378)
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP	-	1.789	-
	<u>46</u>	<u>4.969</u>	<u>(378)</u>

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 296 (R\$ 265 em 31 de dezembro de 2023), a título de remuneração de seus administradores, os quais não obtiveram nem concederam empréstimos à Companhia e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Companhia concede participação nos lucros e resultados (PLR) a seus colaboradores. O pagamento dessa participação está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O cálculo e a provisão contábil do PLR são atualizados mensalmente de forma que, os valores apurados, são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. O saldo de PLR a pagar em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 267 (R\$ 259 em 31 de dezembro de 2023). Abaixo mencionamos os participantes e definição dos valores do PLR:

Participantes

Os participantes nos resultados da Companhia são todos os colaboradores, diretores e gerentes contratados com vínculo empregatício, no período de abrangência do plano. Participam os empregados desligados que não foram demitidos por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

Valores

Os critérios para definição dos valores do PLR são: metas individuais, metas departamentais e metas corporativas. Para cada meta, cargo e função, são atribuídos pesos específicos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

12. Tributos diferidos

Representados por:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PIS	459	492
COFINS	<u>2.115</u>	<u>2.266</u>
	<u>2.574</u>	<u>2.758</u>
Passivo circulante	209	204
Passivo não circulante	<u>2.365</u>	<u>2.554</u>
	<u>2.574</u>	<u>2.758</u>

O Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), diferidos, são calculados tomando por base as receitas apropriadas ao resultado dos exercícios que não foram realizadas financeiramente. O recolhimento será efetuado à medida dos respectivos recebimentos, em conformidade com o estabelecido pelo critério fiscal adotado pela Companhia.

13. Provisão para ações judiciais

Representada por:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Contingências cíveis	<u>13</u>	<u>13</u>
	<u>13</u>	<u>13</u>

O cálculo da provisão para ações judiciais leva em consideração a avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, da Companhia. Todas as ações judiciais, sejam elas de natureza tributária, cível, administrativa, ambiental ou trabalhista, são provisionadas se a classificação da probabilidade de perda por parte da Companhia for provável.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia é parte em outros processos que totalizam o montante de R\$ 44 (R\$ 20 em 31 de dezembro de 2023), com probabilidade de perdas definidas como possíveis, com base na posição de seus consultores jurídicos. Esses processos possuem as seguintes naturezas:

Natureza	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Reclamações trabalhistas	<u>44</u>	<u>20</u>
	<u>44</u>	<u>20</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

A movimentação da provisão para ações judiciais está demonstrada abaixo:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial	13	-
Complemento de provisão	-	13
	<u>13</u>	<u>13</u>

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o valor do capital social integralizado é de R\$ 19.532 e está representado por 19.532 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e assim distribuídas:

	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Participação direta no capital social</u>
GS Inima Brasil Ltda.	12.501	64,00%
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP	7.032	36,00%
	<u>19.533</u>	<u>100,00%</u>

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

14.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária e o estatuto social, na base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital acrescido das reservas. Em 31 de dezembro de 2023, foi constituído complemento de reserva legal no montante de R\$ 513. A reserva legal constituída pela Companhia atingiu o limitador de 20% do capital social.

14.3. Reserva de lucros e lucros acumulados

O saldo de lucros acumulados é alocado à reserva de lucros, sendo sua distribuição definida em Assembleia Geral Ordinária (AGO) e/ou Extraordinária (AGE).

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia transferiu o saldo total da conta de lucros acumulados, no montante de R\$ 14.032 para a conta de reserva de lucros (R\$ 14.907 em 31 de dezembro de 2023).

14.4. Dividendos

O estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos anuais obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

Em 05 de maio de 2023, conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração, os acionistas da Companhia aprovaram a distribuição de dividendos complementares no montante de R\$ 13.516.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 4.677 (R\$ 4.969 em 31 de dezembro 2023).

15. Receita líquida

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada nas demonstrações de resultados é como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Receita bruta</u>		
Serviços de construção	499	729
Tratamento de esgoto	11.920	11.318
Receita do ativo financeiro	21.227	19.959
Ajuste a valor presente do ativo financeiro	1.582	2.658
	<u>35.228</u>	<u>34.664</u>
<u>Deduções da receita</u>		
PIS	(182)	(170)
COFINS	(841)	(785)
	<u>(1.023)</u>	<u>(955)</u>
	<u><u>34.205</u></u>	<u><u>33.709</u></u>

16. Custos e despesas por natureza

Representados por:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Custo dos serviços prestados</u>		
Pessoal	(1.081)	(1.011)
Materiais	(817)	(849)
Serviços de terceiros	(1.749)	(1.534)
Obras civis	(499)	(729)
Energia elétrica	(984)	(980)
Depreciação	(30)	(27)
Outros custos com operação	(270)	(378)
	<u>(5.430)</u>	<u>(5.508)</u>

SESAMM SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI MIRIM S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Despesas gerais e administrativas</u>		
Pessoal	(885)	(831)
Materiais	(47)	(114)
Serviços de terceiros	(831)	(863)
Serviços do CSC (Centro de Serviços Compartilhados)	(409)	(378)
Depreciação	(26)	(32)
Amortização	(2)	(3)
Publicidade e propaganda	(1)	(9)
Seguros	(98)	(429)
Provisão para ações judiciais	-	(13)
Impairment sobre o ativo financeiro	14	2.857
Outras despesas operacionais	(581)	(472)
	<u>(2.867)</u>	<u>(288)</u>

17. Resultado financeiro

Representado por:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.092	1.216
Variação monetária e cambial ativa	-	13
	<u>1.092</u>	<u>1.229</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.661)	(5.381)
Custo de transação dos empréstimos e financiamentos	(16)	(16)
Outras despesas financeiras	(248)	(8)
	<u>(4.925)</u>	<u>(5.405)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(3.833)</u>	<u>(4.176)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

18. Imposto de renda e contribuição social

18.1. Reconciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita de tratamento de esgoto	11.920	11.318
Receita de ativo financeiro	21.227	19.959
Redução para base de cálculo	<u>32%</u>	<u>32%</u>
Base de cálculo	<u>10.607</u>	<u>10.009</u>
Receitas financeiras	1.092	1.229
Base de cálculo do lucro presumido	11.699	11.238
Base de cálculo adicional	<u>11.459</u>	<u>10.998</u>
<u>IRPJ</u>		
Alíquota - 15%	1.755	1.686
Alíquota adicional - 10%	<u>1.146</u>	<u>1.100</u>
Total do IRPJ no período	<u>2.901</u>	<u>2.786</u>
<u>CSLL</u>		
Alíquota - 9%	<u>1.053</u>	<u>1.011</u>
Total da CSLL no período	<u>1.053</u>	<u>1.011</u>
Imposto apurado	<u>3.954</u>	<u>3.797</u>

18.2. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Passivo de imposto diferido	<u>(14.216)</u>	<u>(14.804)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	<u>(14.216)</u>	<u>(14.804)</u>

A expectativa de realização do passivo de imposto diferido é como segue:

2025	586
2026	607
2027	628
2028	651
2029	674
Após 2029	<u>11.070</u>
	<u>14.216</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Saldo em 1º de janeiro	-	(14.804)	-	(15.349)
Reconhecimento na demonstração do resultado	-	588	-	545
	-	(14.216)	-	(14.804)

As perspectivas futuras dos negócios da Companhia e suas projeções de resultados constituem-se em previsões suportadas pelas expectativas da Administração.

19. Lucro por ação

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro líquido básico e diluído por ação:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro básico		
Lucro líquido do exercício	18.709	20.389
Número de ações ao fim do exercício (em milhares)	19.532	19.532
Lucro líquido por ação - básico - R\$	0,958	1,044
Lucro diluído		
Lucro líquido utilizado na apuração do lucro básico por ação	18.709	20.389
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro diluído por ação (em milhares)	19.532	19.532
Lucro líquido por ação - diluído - R\$	0,958	1,044

Não há diferença entre o lucro básico e diluído por ação por não ter havido em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

20. Demonstrações dos fluxos de caixa

A seguir, demonstramos as transações que não afetaram o caixa em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

	31/12/2024	31/12/2023
Dividendos propostos e não pagos	4.677	4.969
	4.677	4.969

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

21. Cobertura de seguros

A Companhia, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução e cumprimento do contrato de construção e das demais funções operacionais.

Adicionalmente, a Companhia mantém coberturas de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo "todos os riscos" para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano dos bens que integram o contrato de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Em 31 de dezembro de 2024, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Tipo de cobertura	Importâncias seguradas
Seguro garantia do contrato de concessão	8.628
Seguro de responsabilidade civil	3.000
Seguro de riscos operacionais	25.003

22. Eventos subsequentes

A Companhia não identificou eventos subsequentes às demonstrações contábeis que necessitem divulgados.